



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Artigo recebido até 15/01/2012  
Aprovado até 15/02/2012

**TOPÔNIMOS MINEIROS – SÃO JOÃO DEL REY:  
UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA DO PROCESSO DE  
OCUPAÇÃO, EXPLORAÇÃO E FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL**

---

*Jocyare Souza*<sup>1</sup>  
(UNINCOR/FATEPs)

**Introdução**

A partir do contato com o dispositivo teórico formulado pela Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, despertamos interesse pelo processo designativo dos nomes comuns / próprios. Entendemos a importância de estudar os processos de designação urbanos e, assim, por meio da formulação de questões sobre as relações sociais urbanas, compreender a questão do nome no processo histórico e social de urbanização. Interessamos, particularmente, pela questão da inclusão e da exclusão de cidadãos, assim como da distribuição de papéis sociais que se encontra atrelada a uma configuração enunciativa que se dá num espaço de disputa regulado pela palavra.

Partimos, pois, do pressuposto de que pensar a nomeação como uma simples forma de classificação é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. Segundo Rancière (1994), um nome não classifica, ele identifica. Um nome, nessa concepção teórica, apresenta-se como um recorte do mundo, de forma a construir o sentido da coisa existente, o que torna a cultura um modo diferente de identificar e recortar a realidade.

---

<sup>1</sup> Mestra e doutora em Linguística pelo IEL/UNICAMP sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Guimarães. Profa. na Universidade Vale do Rio Verde/UNINCOR e Faculdade Três Pontas/FATEPs.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

“Num acontecimento em que um certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (GUIMARÃES, 2002, p.27). Não se trata, portanto, de uma relação entre um nome e uma classe de objetos no mundo, mas de um processo histórico de identificação pela construção do sentido que trabalha a constante redivisão do sensível que acompanha o nomear, o referir, o designar.

Dentro dessa perspectiva estaremos, então, tratando a história de ocupação / exploração / formação do Estado de Minas Gerais, quando nos propomos a analisar o processo de designação que caracterizou, descreveu as cidades que se formaram no Ciclo do Ouro, numa relação entre enunciações e acontecimentos de linguagem. Refletir sobre a história do surgimento de Minas Gerais é buscar compreender, de certa forma, a história que está intimamente ligada ao descobrimento do Brasil, ao domínio da Coroa Portuguesa sobre os territórios conquistados e à descoberta do ouro e dos diamantes.

## **1. O Processo Onomástico Das Cidades Mineiras Que Surgiram No Ciclo Do Ouro**

Levantamento e análise de dados comprovam o desejo do colonizador europeu de dominar o território, extrair dele suas riquezas, assim como implantar sua língua como oficial; assim, sob o ponto de vista da administração colonial, a tentativa de ordenação e controle do território, e da vida das pessoas que nele se fixavam, acontecia na medida em que “os descobertos iam surgindo em todo território, por isto mesmo chamado das ‘minas gerais’. E ao lado deles os arraiais, mais ou menos densos, conforme a maior ou menor abundância de ouro e diamantes” (COSTA, 1970, p. 22). Esse momento histórico é marcado por nomes como Santa Bárbara e Santa Luzia que rememoram a forte influência da Igreja Católica e nos remetem ao universo ibérico, no ângulo que lhe era mais sensível, o espiritual; como Mariana e São João Del Rey que enunciam o poder da monarquia absolutista; como Salinas, Ouro Preto e Lavras que rememoram os minerais/metals preciosos e/ou o local de onde eram retirados; como Caeté, Paracatu, Itabira que enunciam a época anterior à colonização que se define pela



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

paisagem natural e pelos primeiros habitantes, os índios, que habitavam, anteriormente, as regiões das lavras e que ali estavam como ‘senhores da terra’; como Itamonte, hibridismo tupi-português, que enuncia o contato de tribos tupi-guarani com o colonizador português que começa a se apropriar das terras, iniciando o povoamento que se deu no período colonial; como Passa Quatro e Pouso Alto que enunciam os lugares de passagem/paragem para as caravanas de tropeiros. Assim, o topônimo que surge durante a formação do Estado de Minas Gerais no Ciclo do Ouro sustenta, de algum modo, o seu sentido numa história que a história dos nomes põe a significar.

E... por que os topônimos das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro?

As cidades mineradoras mineiras foram muito mais do que espaços de produção mineral; foram, desde suas origens, espaços de organização sócio-política e religiosa, além de centros de comando de uma ampla economia regional que se estruturou no seu entorno. Nesse sentido, constituíram-se, de fato, como cidades na acepção total do termo: espaços de concentração de um excedente econômico expresso na qualidade do espaço urbano e na monumentalidade das edificações; espaços de intensa organização social e política, geradoras de novas práticas sociais; e espaços de forte expressividade simbólica, cultural e religiosa na sua organização arquitetônica e urbanística. A formação das cidades mineradoras mineiras apresenta, portanto, uma sociedade em transformação, onde a disputa pelo território, o urbanismo e mobilidade social estão marcados nos nomes que designam os arraiais, vilas, cidades. A análise que propomos dos Topônimos Mineiros que surgiram no Ciclo do Ouro, tal como os concebemos, representa, portanto, mais do que a busca etimológica da origem dos nomes inscritos em um determinado código linguístico.

Partimos, assim, do pressuposto de que a toponímia confirma, por meio de suas enunciações, o caráter de lugar central que os arraiais, as vilas e as cidades desempenhavam na região mineradora, uma vez que evidenciam no que se refere à designação dos topos - os nomes dados / não dados / renomeados - a relação do homem com o meio e com o outro; há



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

uma especificidade que se constitui sempre a partir da ‘história em que o nome se dá como nome (GUIMARÃES, 1992, p.16).

## **2. O Corpus Toponymicus**

Ao tomarmos os topônimos das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro como objeto de nossa reflexão, nos propomos a uma análise que não se detenha apenas aos aspectos taxionômicos; isso porque, apesar da “designação de uma expressão linguística se apresentar como se fosse una, na verdade significa segundo suas relações interdiscursivas em que se constitui enquanto designação”. (GUIMARÃES, 1995, p. 103)

É claro que o ato de designar algo, aparentemente se apresenta como se fosse natural, tem-se a impressão de que o desejo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas é que determina essa escolha, ou seja, ao nomear alguma coisa no mundo está de certa forma classificando distintamente o mundo, considerando a relação homem/ mundo /linguagem. Nessa concepção, a língua é entendida simplesmente como um recurso de que o indivíduo pode apropriar-se para expressar seu pensamento. O sentido das palavras estaria, assim, supostamente sob o controle do falante. Discordamos dessas concepções formalistas e intencionais. Ao considerarmos o dispositivo teórico da Semântica do Acontecimento, estamos concebendo o processo designativo como histórico-enunciativo, em que o sentido é determinado pelas condições sociais de sua existência. Vamos, dessa forma, de encontro aos estudos toponímicos realizados, até hoje, no Brasil, uma vez que esses têm um enfoque basicamente classificatório. Em nosso trabalho, como já exposto, ao definir como corpus os topônimos das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro (nomeações / renomeações), partimos do pressuposto de que a língua funciona afetada por uma memória do dizer, nomear um arraial, uma vila, uma cidade é, pois, rememorar a história, “as palavras da história são nomes” (RANCIÈRE, 1994, p. 43). “Um nome não classifica, ele identifica” (ibid); assim, pensar na nomeação como uma simples forma de classificação é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que estão



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

presentes na linguagem. A nomeação se constitui, portanto, como o memorável de uma temporalidade específica em que a necessidade de uma designação que identifique os lugares por eles ocupados é posta como uma forma de identificarem a si próprios.

As análises do *corpus* constituído, conforme proposto por Guimarães, procurarão pensar o topônimo a partir do acontecimento, ou seja, não só observaremos o funcionamento da nomeação / renomeação do arraial, vila ou cidade, mas também analisaremos sua relação com a referência; para o autor a capacidade referencial não é o fundamento do nome e a referência resulta, pois, do sentido produzido no interior de um acontecimento enunciativo. Guimarães (2000) afirma que, a designação estaria composta tanto pelo ato de nomear como pelo de referir. Ela se encontrará movimentada sempre por cada referência a cada momento. O autor propõe a existência de uma performatividade inicial. Só graças a ela podem-se realizar outras enunciações. Há, pois, uma história de enunciações por trás de uma enunciação. A referência não será, então, um objeto no mundo nem outro elemento, ela será um efeito de sentido, produzido pelo trabalho de discursos que agem na construção de uma memória que dá a possibilidade da nomeação.

Propusemo-nos, mediante levantamento/análise de Material de Divulgação da História de Surgimento da Cidade [textos cujas narrativas abordam o surgimento do povoado/fotos que permitiram identificar o conjunto arquitetônico colonial-barroco], ater-nos a **39 cidades mineiras** que surgiram no **Ciclo do Ouro** e que fazem parte da **Região da Estrada Real**, considerando dois grupos, a saber:

► **grupo 1** - composto por 09 cidades, abaixo discriminadas, cujo **conjunto arquitetônico colonial-barroco significativo** a designa Cidades Históricas de Minas Gerais.

Diamantina	Mariana	São João del Rey	Sabará	Prados
Serro	Ouro Preto	Tiradentes	Congonhas	



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

► **grupo 2** – composto por 30 cidades, abaixo discriminadas, que surgiram às margens da rota do ouro percorrida por bandeirantes, tropeiros, exploradores e mineradores: caminho por onde se deu a busca/escoamento do ouro assim com a hospedagem dos que por ali passavam. Em quase todas essas cidades há, também, **pontos da arquitetura colonial-barroca** conservados que marcam o período em que os povoados surgiram...

Alvorada de Minas	Barão de Cocais	Morro do Pilar	Casa Grande	Baependi
Conceição do Mato Dentro	Raposos	Itabirito	Lagoa Dourada	Caxambu
Itambé do Mato Dentro	Santa Bárbara	Ouro Branco	Santa Cruz de Minas	Pouso Alto
Itabira	Catas Altas	Queluzito	Madre de Deus de Minas	Itanhandu
Bom Jesus do Amparo	Nova Lima	Conselheiro Lafaiete	Carrancas	Itamonte
Caeté	Rio Acima	Entre Rios Minas	Cruzília	Passa Quatro

A partir da divisão dos nomes em **grupo 1 e 2** foi “fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituíbilidade” (GUIMARÃES, 2002, p.27), e contém uma história de enunciações que lhe predicou um espaço particular em relação a outros espaços; recorta um memorável que lhes é comum, enunciam o acontecimento de nomeação / renomeação da cidade...

### **3. Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: Funcionamento Morfossintático e Semântico-Enunciativo**

O material a ser levantado nas narrativas selecionadas, considerando a análise dos documentos encontrados, pretendeu uma composição de um *corpus toponymicus* representativo; oferecendo, dessa forma, condições de um estudo linguístico que superasse os aspectos etimológicos que privilegiam apenas o momento quando o nome foi dado, assim



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

como ‘aquele’ que o criou e constou, essencialmente, da data (exata ou aproximada) que marca o período da gênese do povoamento colonial; do primeiro nome dado e respectivas renomeações; das tribos indígenas que habitavam a região, seu estreito vínculo com sua terra, seu conhecimento da natureza, assim como sua relação com jesuítas, escravos africanos e demais colonizadores; da identificação de pontos geográficos e nomes que os caracterizavam. O *corpus toponymicus* foi constituído de acordo com a origem da nomeação/ renomeação, considerando-se as manifestações culturais que as múltiplas enunciações / memórias compartilharam.

Detemo-nos, no entanto, nesse trabalho, mediante número considerável de renomeações que reescreveram a nomeação de cada povoado, ao estudo do grupo 1.<sup>2</sup>

As Cidades Históricas de Minas Gerais [identificadas como grupo 1] se diferenciam das cidades que fazem parte do grupo 2 por apresentarem aspectos peculiares que a cultura mineira conferiu à arquitetura, ao urbanismo e às artes, em qualquer direção que se siga, é possível descobrir traços desse período histórico designado Ciclo do Ouro. Assim, segundo Boschi (1998), o traçado urbano das Cidades Históricas de Minas Gerais apresenta a configuração típica das cidades do Ciclo do Ouro, com malha em padrão irregular, ruas adaptadas à topografia acidentada do terreno e edifícios públicos servindo como referência dentro do espaço urbano.

### **3.1. Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: análise do funcionamento morfossintático das nomeações / renomeações**

Interessa-nos saber o que as diferentes constituições da estrutura morfossintática estão significando e por que há estruturas que funcionam diferentemente diante de determinados nomes, “há impedimentos para que certas estruturas funcionem para certos tipos de nomes. O

---

<sup>2</sup> **Análise Demonstrativa:** tomaremos para análise do funcionamento morfossintático e semântico-enunciativo apenas a nomeação/renomeações da **Cidade de São João Del Rey**. Para melhor compreensão, conferir em Anexo a Lista de abreviaturas.





Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

que esse impedimento significa, o que produzem esses diferentes tipos de impedimentos?”  
(GUIMARÃES, 2002, p. 47).

### 3.1.1. Análise morfofossintática [nomeações/renomeações] da cidade de São João del Rey



Figura 1: Vista parcial da cidade de São João del Rey

Disponível em: Disponível em: [http://farm2.static.flickr.com/1353/1403578149\\_fe88b9ffe1.jpg](http://farm2.static.flickr.com/1353/1403578149_fe88b9ffe1.jpg) Acesso em: 01/01/08

#### *As narrativas de origem da cidade contam..*

*A cidade de São João del Rey originou-se, em fins do séc. XXVII, do antigo Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar. O português Manoel José de Barcelos encontra ouro na encosta sul da Serra do Lenheiro, num local chamado Tejuco. Aí se fixa o primeiro núcleo de povoamento que daria origem ao Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, mais tarde, em 1704, Arraial Novo do Rio das Mortes. Já bastante próspera, em 1713 a localidade é elevada à vila e recebe o nome de São João del-Rey em homenagem a Dom João V, rei de Portugal. No ano seguinte, é nomeada sede da Comarca do Rio das Mortes. Em 1838 a progressista Vila de São João del-Rei torna-se cidade.*

(Prefeitura da Cidade São João del Rey - MG – História da Cidade. Disponível em: <http://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/23> > Acesso em: dez. 2008).

#### **Tabela 1.: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL REY**

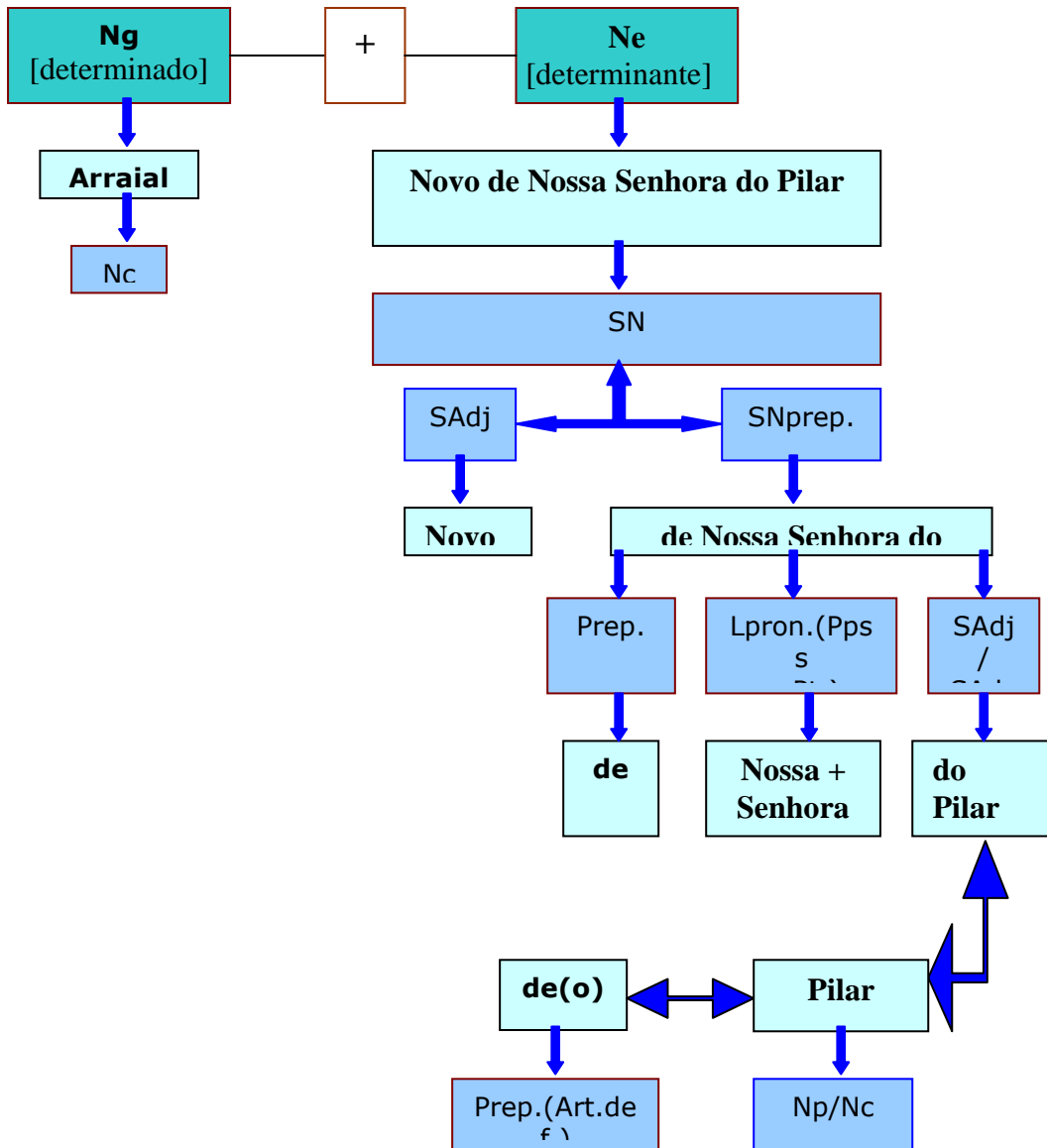




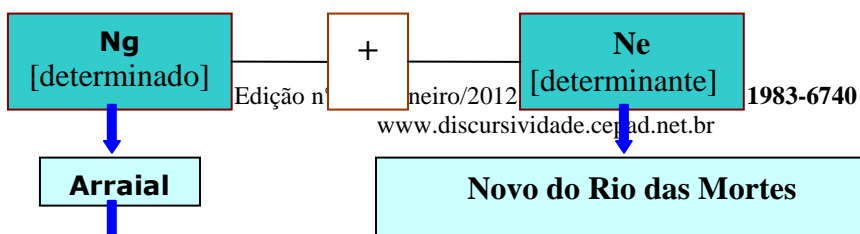
Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

<b>Cidade: São João del Rey</b>	
<b>Nomeação:</b> Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar <b>Ano:</b> Fins do Séc. XXVII	<b>2ª Renomeação:</b> Vila de São João del Rey <b>Ano:</b> 1713
<b>1ª Renomeação:</b> Arraial Novo do Rio das Mortes <b>Ano:</b> 1704	<b>3ª Renomeação:</b> Cidade de São João del Rey <b>Ano:</b> 1838

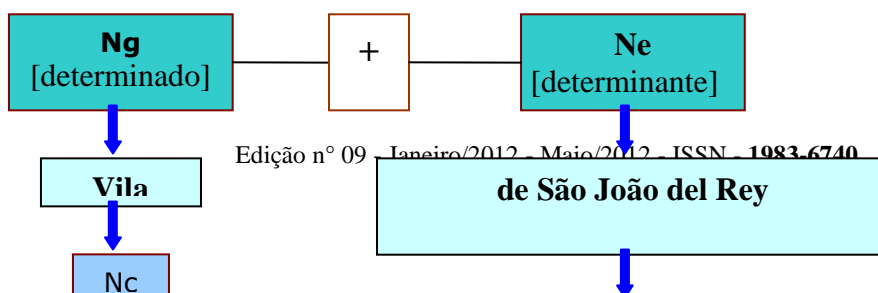
3.1.1.a. Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar



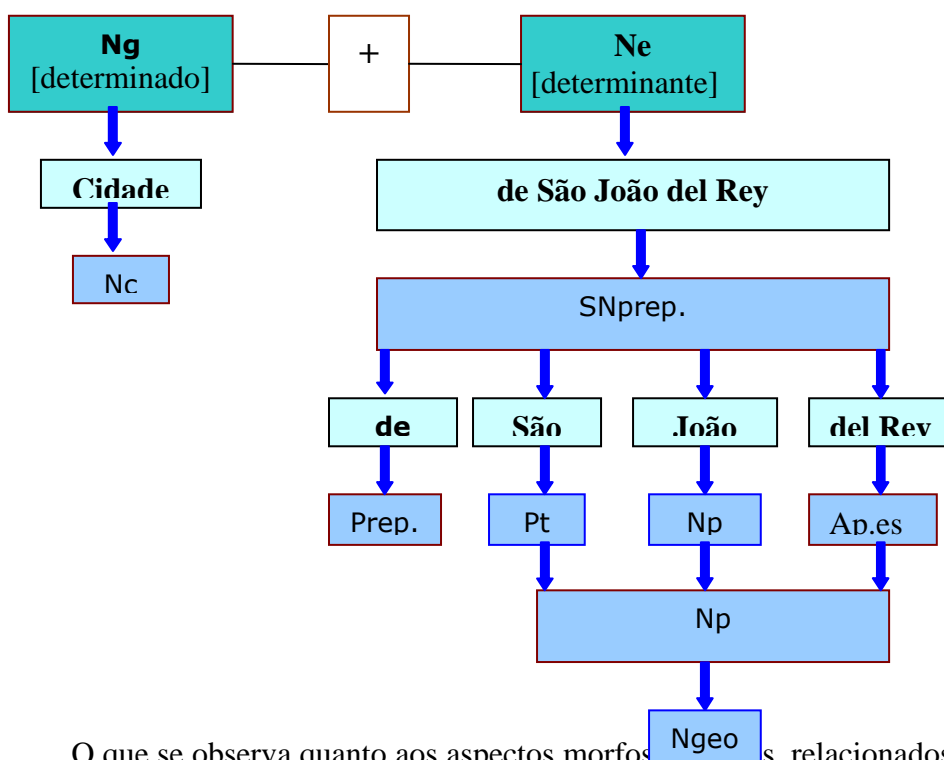
3.1.1.b. Arraial Novo do Rio das Mortes



### 3.1.1.c. Vila de São João Del Rey



### 3.1.1.d. Cidade de São João Del Rey



O que se observa quanto aos aspectos morfos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de São João del Rey**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O Ng apresenta uma estrutura mais genérica e

se dá basicamente a partir de um **Nc**: arraial [nomeação], arraial [renomeação], vila, cidade. O **Ne** constituído de um **SN** ou **SNprep.** tem, em ambos os casos, função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, vila, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

▶ como em **3.1.1.a** < Novo de Nossa Senhora do Pilar >, constituir-se de **SN** formado de < **SA** [Novo = **A**] + **SNprep.** [de Nossa Senhora do Pilar > **Prep.** [de] + **Lpron.** [**Ppss.** [Nossa] ↔ **Pt** [Senhora] + **SAdj/SAdv.** [do Pilar > do = **Prep.** [de] + **Art. Def.** [o]]] ↔ [Pilar= **Np/Nc**] >

▶ como em **3.1.1.b** < Novo do Rio das Mortes >, constituir-se de **SN** formado de < **SAdj.** [Novo] + **SNprep.** [do Rio das Mortes > [do Rio > **LAdv.** [do rio > **Prep.+ Art.def.** [de(o)] ↔ **Nc** [rio]] ↔ [das Mortes > **Prep.+ Art.def. plural** [de(as)] ↔ **Nc** [mortes]]] >

▶ como em **3.1.1.c** e **3.1.1.d** < de São João del Rey >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** [de] + **Pt.** [São] + **Np** [João] + **Ap. esp.** [del Rey ↔ **o rei**] → < São João del Rey ↔ **Ngeo**>.

■ Marcamos, no entanto, em **3.1.1.a** e **3.1.1.b**, uma diferença em relação às demais nomeações/renomeações das cidades analisadas, uma vez que o **Ng** ‘arraial’ aparece na nomeação [ver **3.1.1.a.**] e na renomeação [ver **3.1.1.b.**]; o mesmo se dá no **Ne** > o **SAdj** [novo] aparece na nomeação [ver **3.1.1.a.**] e na renomeação [ver **3.1.1.b.**].

### **3.2. Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: análise do funcionamento semântico-enunciativo das nomeações / renomeações da cidade de São João del Rey**



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Propomo-nos a analisar o processo enunciativo de designação (nomeação/renomeação), partindo do pressuposto de que toda designação está determinada sócio-historicamente no/pelo acontecimento enunciativo. Para entender como a questão enunciativa é formulada, adotamos o conceito de enunciação de Guimarães (1995), que toma a enunciação como um acontecimento histórico, em que o sentido está posto a partir da consideração de que a enunciação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Consideramos, a partir desse princípio, que a língua funciona afetada por uma memória do dizer, nomear/renomear um arraial, uma vila, um distrito, uma cidade é rememorar a história, as palavras *da história são nomes* (RANCIÈRE, 1994, p. 43). Entendemos, então, que havia no processo designativo de nomeação/renomeação das Cidades Históricas de Minas Gerais uma história enunciativa que precisava ser considerada. Assim, o estudo dos nomes que designam as Cidades Históricas de Minas Gerais não poderia ser um estudo desvinculado do acontecimento enunciativo de nomeação/renomeação, mas deveria partir da análise dos nomes que a designaram desde o seu processo de ocupação/exploração/ formação.

Interessa-nos, portanto, enquanto semanticistas, saber de que forma a constituição da estrutura morfossintática que constitui as designações - Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais - estão significando; apresentaremos, então, as categorias analisadas morfossintaticamente na seção 3.1., tomando a constituição definida pelos dois grupos, a saber, **Ng** e **Ne**, assim como as respectivas análises que evidenciarão seu funcionamento semântico-enunciativo. Pretendemos, assim, confirmar, considerando as análises dessas enunciações, que anteriormente ao acontecimento de nomear uma cidade, há o memorável de um acontecimento de nomeação/renomeação dessa cidade ainda mais remoto que se enuncia e, muitas vezes, é retomado pelo locutor- x (locutor que nomeia) e que, portanto, instala sobre esse nome um processo de significação/ressignificação: o interdiscurso que é a historicidade, é a memória do dizer.

### 3.2.1. O Ng.

#### Tabela 2: Ng ↔ Nc [nome genérico constituído de nome comum]

Ng	<Arraial> 3.1.1.a. / 3.1.1.b.
↕	<Vila> 3.1.1.c.
Nc	<Cidade>3.1.1.d.

Das designações analisadas na seção 3.1, que apresentam na estrutura morfossintática Ng ↔ Nc [nome genérico constituído de nome comum], optamos por analisar, considerando sua representatividade, os itens expostos na **Tabela 2: Ng ↔ Nc [nome genérico constituído de nome comum]**.

Um primeiro aspecto que podemos observar no funcionamento semântico-enunciativo Ng ↔ Nc [nome genérico constituído de nome comum], é a presença de nomes que constroem o espaço de uma história; assim, os [Nc] arraial – distrito - vila – cidade são nomes que, ao constituírem o acontecimento enunciativo de nomeação/renomeação das Cidades Históricas de Minas Gerais, rememoram sua história. O [Ng], considerando o processo designativo de nomeação / renomeação, marca uma hierarquização dos [Nc] arraial < distrito < vila < cidade [ou seja: arraial menor que distrito, distrito menor que vila, vila menor que cidade], o crescimento populacional enunciado nessa relação de menor que/ maior que enuncia, então, um aumento dos aglomerados, uma expansão geográfica, logo a confirmação de formação do território nacional que começa a se desenhar à sombra da ocupação / exploração da então ‘Terra Virgem’; essas designações arraial < distrito < vila < cidade são, portanto, tomadas pela força da linguagem como uma relação de força/poder. Designar arraial < distrito < vila < cidade é considerar a estabilidade de uma designação na própria relação de instabilidade provocada pelo conflito constituído na sua interdiscursividade, ou seja, nas contradições próprias do dizível. Designar um povoado de arraial, um arraial de vila, uma vila de cidade é enunciá-lo como mais – com mais poder -; é essa relação instável entre linguagem/ser que constitui o jogo da diferença, é, pois, na enunciação que a relação força/poder dessas designações passa a significar.

Como vimos na seção 3.1., o nome de um povoado pode ser, considerando o processo de nomeação/renomeação, reescriturado por diversas formas morfossintáticas e cada modo de reescrever [arraial, distrito, vila, cidade] o sentido se ressignifica. Não





Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

estamos dizendo com isso que o sentido da enunciação surge num aqui/agora a partir do acontecimento, momento em que a enunciação se dá enquanto enunciação. Isso porque entendemos o sentido no acontecimento de enunciação na relação com a interdiscursividade que, ao afetar a língua, traz consigo os sentidos construídos na história em que esses nomes se deram como nome. Ou seja,

a análise da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Desse modo, a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos. [GUIMARÃES, 1999, p. 04]

Observamos que no ato de nomear/renomear o arraial, o distrito, a vila, a cidade há, na constituição do [Ng], um efeito parafrástico na medida em que os [Nc] retomam de alguma forma o povoado que, outrora, se formou; e polissêmico, na medida em que retomam diferente, uma vez que enunciam em cada um deles o povoado modificado de alguma forma por aqueles que ali se fixaram – o povoado que era arraial, o arraial que expandiu e se transformou em distrito, o distrito que se expandiu e se transformou em vila, a vila que se expandiu e se transformou em cidade. Esses efeitos parafrástico / polissêmico fundamentar-se-ão na noção de paráfrase e polissemia proposta por Orlandi (1998), para quem a relação entre a paráfrase e a polissemia é contraditória, posto que ambas ocupam um lugar de tensão discursiva, um eixo que estrutura o funcionamento da linguagem. Para essa autora, um processo não existe sem o outro, o que conduz a uma diferença necessária e constitutiva: a paráfrase, em termos discursivos, é a reiteração, o uso do *mesmo*; a polissemia, produção da *diferença*.

O [Ng] enuncia, portanto, por meio de uma forma específica de nomear/renomear o povoado, uma memória do dizer que revela a história de divisão do território, de divisão de uma terra que enuncia pelo início de seu processo de colonização uma não divisão. Assim, designar um povoado é torná-lo único entre os demais; o Ng ↔ Nc se torna a marca que delimita o espaço e o direito adquirido sobre a ‘terra ocupada’; o processo designativo funciona, portanto, como um mecanismo de controle: só se pode particularizar o espaço



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

territorial, definir um limite geográfico a partir do ato de nomear/renomear. Desse modo, o [Ng] enuncia não só o tipo de nome usado para designar a dimensão territorial do povoado, mas o funcionamento específico de nomear um espaço geográfico; é dessa forma que ‘Arraial do Tijuco’ / ‘Distrito Diamantino’ / ‘Vila do Príncipe do Serro Frio’ / ‘Cidade de São João del Rey’ diferem-se de ‘Avenida Getúlio Vargas’ (funcionamento específico de nomear ruas), **Pousada** São Thomé (funcionamento específico de nomear o comércio).

Designar um povoado constituído de um aglomerado de pessoas que apresenta, de certa forma, interesses comuns, a princípio produz o efeito de estarmos redividindo o mundo, significa identificar um povo [sua naturalidade/nacionalidade], bem como particularizar o espaço territorial [limite geográfico] pertencente a esse povo. Designar um povoado e defini-lo como arraial / distrito / vila / cidade é, portanto, marcar a importância da divisão territorial como forma de mostrar-se único em relação aos demais; ou seja, o processo de designação de um povoado se apresenta como se estivesse delimitando um espaço territorial de um povo [aglomerado de pessoas que apresenta, de certa forma, interesses comuns], e com isso, garantindo a existência de espaços geográficos que designados de arraial / distrito / vila / cidade passam a constituir sua própria nação. Diríamos mais, designar um povoado e emancipá-lo à condição de cidade, considerando sua expansão territorial e crescimento demográfico, seria possibilitar aos, ali, nascidos o direito de, enquanto cidadãos, exercerem a cidadania.

Assim, o processo designativo, considerando o [Ng], de nomeação/renomeações das Cidades Históricas de Minas Gerais enunciam a história de ocupação/exploração do território nacional, conseqüentemente, a formação do Estado Nacional; enunciam, também, condições de cidadania que excluem o índio, o negro, o imigrante; o povoado ao se constituir cidade, institui o enunciador-cidadão; ao incluir o enunciador-cidadão, exclui o enunciador- não cidadão; logo, a cidade ao incluir, exclui. Esse processo que enuncia, na constituição da cidade, a concepção de exclusão, faz-me retomar Sérgio Buarque de Holanda que em sua obra *Raízes do Brasil* (1997) afirma: o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade... Há, nessa concepção, um sentido de cidade/cidadania que produz o sentido de



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

pertencimento e enuncia os processos de construção social dos espaços de ação coletiva e, nesse espaço, os objetos de disputa encontrados; o cidadão tem, assim, na edificação da cidade, sua própria edificação.

Parece-nos, então, que o processo designativo de um espaço geográfico, relação que podemos perceber no funcionamento semântico-enunciativo  $N_g \leftrightarrow N_c$ , funciona como um mecanismo de controle, só podem participar dos espaços politicamente construídos os que conquistaram a cidadania; relação possível no processo designativo pelo efeito do funcionamento do nome próprio que nomeia / renomeia um espaço geográfico, pois esse efeito produz a ilusão de unicidade que estabiliza a identificação da nacionalidade político-geográfica de um aglomerado de pessoas que apresenta, de certa forma, interesses comuns. Para ser considerado cidadão é preciso, antes de mais nada, ter uma determinada região designada e reconhecida juridicamente diante de outras regiões; seria, nessa concepção, ser o outro reconhecido pelos outros a partir de sua nomeação.

o processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como confronto de lugares enunciativos que movimentam a língua. Um lugar enunciativo recorta e assim constitui um campo de 'objetos'. Se se mudam os lugares enunciativos em confronto, recorta-se outro campo de 'objetos' relativos a um dizer. (GUIMARÃES, 1999, p. 07)

A observação desses diversos modos de reescrever o povoado, considerando  $N_g \leftrightarrow N_c$  [**nome genérico constituído de nome comum**], mostra todo um movimento de sentido que vai ressignificando; essa mesma questão será, também, observada em relação ao [**Ne**], relação que veremos em análise detalhada na seção 3.2.2. **O Ne**. Esse ressignificar funciona, como já dissemos, como efeito produzido na relação entre o processo parafrástico e o polissêmico, ou seja, no conflito do mesmo com o diferente. Isso se apresenta de modo significativo se mostrarmos que essas reescrituras se fazem por estruturas morfossintáticas diferentes. Isso porque, a significação não se reduz pelas/nas expressões, mas sim nas relações das palavras com a exterioridade constitutiva da linguagem, pelas condições sócio-históricas de sua existência no acontecimento.

### 3.2.2. O Ne.

Enquanto o Ng enuncia o processo de divisão territorial, o Ne diversifica-se como um relato que enuncia – durante o processo de ocupação / exploração e formação do Estado Nacional - a influência da Igreja Católica, assim como as relações sociais, as fases econômicas e políticas que se destacam na história do arraial, vila, distrito, cidade; e são esses efeitos de sentido, marcados por uma memória do dizer, que pretendemos evidenciar nas análises que se seguem; assim, das designações analisadas na seção 3.1, que apresentam na estrutura morfossintática **Ne ↔ SN / SNprep [nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado]**, optamos por analisar, considerando sua representatividade, os itens expostos na **Tabela 03: Ne ↔ SN / SNprep [nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado]**.

**Tabela 03: Ne ↔ SN/SNprep**

[nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado]

Ne ↑ ↓ SN. / SNprep	<b>3.1.1.a</b> < Novo de <u>Nossa Senhora do Pilar</u>	<b>Ne ↔ SN/SNprep → Lpron. / SAdj.</b> nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado, marcando o efeito de sentido da locução pronominal [ <b>Lpron.</b> [Nossa Senhora] / sintagma adjetivo [ <b>SAdj.</b> [do Pilar]].
Ne ↑ ↓ SN. / SNprep	<b>3.1.1.b</b> < Novo do Rio <u>das Mortes</u> >	<b>Ne ↔ SN/SNprep → Prep.(Art.def.) / La.</b> nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado, marcando o efeito de sentido da contração [ <b>Prep.(Art.def.)</b> [das] / locução adjetiva [ <b>La.</b> [das mortes]].
Ne ↑ ↓ SN. / SNprep	<b>3.1.1.c</b> e <b>3.1.1.d</b> < de <u>São João del Rey</u> >	<b>Ne ↔ SN/SNprep → Lpron. – Pt / Np / Ap.esp.</b> [del Rey]. nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado, marcando o efeito de sentido da locução pronominal [ <b>Ppss.</b> [Nossa] ↔ <b>Pt</b> [Senhora]] / pronome de tratamento [ <b>Pt.</b> [São/Santo]] /



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

		do nome próprio [Np [João]] / do aposto especificador [Ap.esp. [del Rey]].
--	--	--

É nosso interesse, ao analisar o **Ne**, considerar o funcionamento semântico-enunciativo do processo designativo das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro, o qual busca identificar e particularizar um povo assim como o espaço geopolítico que lhe garante cidadania e, conseqüentemente, os direitos/deveres que esta lhe confere. Começaríamos por dizer que a escolha da designação de um povoado /vila /distrito /cidade não se dá por simples vontade ou imposição; para nós, o processo designativo é entendido como um processo sócio-histórico; e, por ser histórica, a relação de designação, segundo Guimarães, é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é, ao contrário, exposto à diferença. E, nesse sentido, o objeto referido é constituído no interdiscurso, ou seja, ele significa na relação discursiva. Desse modo, o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo. Ou seja,

a unidade de sentido de uma enunciação é um efeito do modo de presença de posições de sujeito no acontecimento enunciativo. É um efeito do que podemos chamar de dispersão do sujeito, constitutiva do funcionamento da linguagem. Desse modo aquilo que se significa, os efeitos de sentido, são efeitos do interdiscurso no acontecimento. (GUIMARÃES, 1995, p. 68)

Interessa-nos, portanto, analisar os lugares de enunciação determinados pelo **Ne** e de que maneira o processo de nomeação/renomeação determina e predica as designações expostas na **Tabela 03: Ne ↔ SN / SNprep [nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado]**. As designações referidas apresentam, de certa forma, uma deontologia própria para o ato de nomear o arraial / vila / distrito / cidade que surgiu durante o Ciclo do Ouro em Minas Gerais. O processo de ocupação / exploração / formação do Estado Nacional vai, então, sendo contado por meio das

nomeações / renomeações que cada povoado vai recebendo<sup>3</sup>; assim, em <do Tijuco> / <do Ivituruí> / <de Sabará> / <de Congonhas> os **SAdv/ SAdj** reescreveram a língua tupi / tupi-guarani e enunciam a ocupação do território e a relação com o nativo; em <Distrito [de] Diamant[ino]> / <Lavras Velhas do Ivituruí> / <Vila Rica do Ouro Preto> os **SAdj** [velhas / rica / preto / diamantino] especificam o **Nc** e enunciam a exploração do território, assim como o poderio econômico que os povoados passam a ter com a descoberta das minas de ouro/diamantes; em <do Príncipe do Serro Frio> / <Vila Real de Nossa Senhora do Carmo> / <de Mariana> / <Imperial Cidade de Ouro Preto> / <de Tiradentes> os **SAdj** [Real / Imperial], o **Np** [Mariana / Tiradentes], o **Nc** [Príncipe] enunciam as formas de governo e a transformação da ‘Terra Virgem’ em ‘Estado Nacional’.

Todavia, paralelas a essa deontologia, há estruturas que apresentam singularidades importantes, algumas dessas singularidades, referentes à Cidade de São João Del Rey, exporemos a seguir.

Destacamos em **3.1.1.c / 3.1.1.d** nos itens <de São João del Rey> / <de São João del Rey> / <de São João del Rey> / o funcionamento semântico-enunciativo do **Pt.** [São] / do **Np** [José] / **Ap. esp.** [del Rey \_ o rei]; assim, em [‘São João’], podemos observar na relação **Pt. + Np** que há nas designações < Vila de São João / Cidade de São João > uma enunciação que se dá a partir da enunciação que renomeou ‘João, o apóstolo’ junto à Igreja Católica. Dessa forma, ao serem nomeadas, a Vila/Cidade de São João enunciam o discurso religioso que evidencia o aparato ideológico do sistema colonial intensamente fortalecido pela Igreja Católica, sobretudo, pela ação dos jesuítas que assumiram importantes funções por estarem em contato direto com os indígenas; esse momento histórico que marca o forte contato dos jesuítas com os índios está presente na nomeação que os arraiais e vilas inicialmente tiveram; em quase todas as designações, nomes que evocavam ‘Santos’ da igreja católica que ora aparecem mesclados a termos do dialeto indígena, como que para fundir a relação que se pretendia estabelecer. A relação igreja/coroa está, portanto, fortemente marcada em < de **São João del Rey** > quando o

---

<sup>3</sup> Todos os Sintagmas Nominiais, aqui, apresentados fazem parte do *corpus* [Topônimos Mineiros] ao qual nos referimos.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

**Ap.esp.** [del Rey] enuncia que o **Np** [João] não reescritura o santo ‘João’ mas ‘Dom João V, rei de Portugal’; é importante observarmos a fusão igreja católica/coroa portuguesa, uma vez que a Vila/Cidade de São João del Rey não é designada Vila/Cidade de **Dom** José del Rey /: o **Pt.** ‘Dom’, titulação dada aos reis, ao ser reescriturado pelo **Pt.** ‘São’, titulação dada aos santos, enuncia que na figura do rei, santos e homens comuns se fundem na mesma pessoa. Nas designações Vila/Cidade de São João del Rey, o funcionamento semântico-enunciativo do **Pt.** [São] / do **Np** [João] enuncia, portanto, a estrutura política portuguesa fundamentada na política centralizadora da Monarquia Absolutista, todos estavam em torno do monarca absoluto e seu poder era abençoado/compartilhado pela Igreja. Diríamos, então, que a enunciação que nomeia Vila/Cidade de São João del Rey enuncia, também, o discurso político-religioso que recorta como memorável uma temporalidade anterior ao ato de nomear a vila/cidade; essa designações trazem a enunciação que particulariza essa relação igreja/coroa:

O padroado foi um tratado criado entre a Igreja Católica e os reinos de Portugal e de Espanha. O direito do padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo o contexto da história medieval. Na realidade, não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal. Unindo os direitos políticos da realeza aos títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal. (HOORNAERT, 1979, p. 160)

Aprofundaremos nossa análise, buscando compreender melhor a relação que existe entre Portugal / Igreja Católica / Espanha; retomamos, assim, **Nossa Senhora [3.1.1.a < Novo de Nossa Senhora do Pilar ]** e observemos a relação dessa **Lpron.** com o **SAdj** destacados também no item **3.1.1.a [Novo de Nossa Senhora do Pilar]**. Em **3.1.1.a < Novo de Nossa Senhora do Pilar , [do Pilar]** enquanto **SAdj** funciona especificando **Nossa Senhora**, exerce, portanto, função restritiva e identifica o referente da **Lpron.** > [**Nossa Senhora [do Pilar]**]; enquanto **SAdv** enuncia um lugar específico > a Espanha: há em [**do Pilar]** um memorável que significa e enuncia uma temporalidade específica que marca a





Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

relação de Portugal/Espanha, assim como sua estreita relação com a Igreja Católica: Portugal e Espanha configuram o modelo absolutista católico que patrocinou a Contra-Reforma e seus mecanismos repressores. Para Carvalho (2001), segundo uma antiga tradição, desde os primórdios de sua conversão, os cristãos primitivos ergueram uma ermida em honra da Virgem Maria, às margens do rio Ebro, na cidade de Zaragoza, na região de Aragon, na Espanha. A capelinha primitiva foi sendo reconstruída e ampliada com o correr dos séculos, até se transformar na grandiosa basílica que acolhe, como centro vivo e permanente, peregrinações de numerosos fiéis que, de todas as partes do mundo, vêm rezar à **Virgem** e venerar seu **Pilar**. Nossa Senhora do Pilar é a Padroeira da Espanha, a nação que outrora dominou Portugal: o caminho estava livre para a triunfal chegada do futuro rei - Felipe II da Espanha iria se tornar Felipe I de Portugal; sob o domínio filipino (Felipe II, III e IV), Portugal tornou-se uma nação periférica no contexto europeu, e parte significativa da nobreza, do clero e da burguesia aderiu ao domínio espanhol; quando se consagrou a União Ibérica, a Espanha vivia um momento único de esplendor em sua história - era a sua idade de ouro.

União Ibérica, que se estendeu de 1580 a 1640, cumpriu um importante papel na construção do território brasileiro; qual seja, o de diluir as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. Expandiu os limites territoriais tanto ao norte, com a conquista efetiva do Maranhão, quanto ao sul, alargando a fronteira na região platina. Data também deste período o início da expansão territorial para o interior. Em 1580 foram organizadas as primeiras expedições dos bandeirantes em São Paulo. Essa frente de expansão territorial para os "sertões" - palavra então usada para aludir ao interior - prolongou-se por todo o período da dominação espanhola. Data de 1585 a primeira grande bandeira para captura e escravização de índios no sertão dos Carijós, luta que levaria à ocupação gradativa do interior do Brasil e ao alargamento da faixa litorânea ocupada pelos portugueses no início do século XVI. São também deste período, entre outras: (...) as primeiras incursões dos bandeirantes paulistas à região de Minas Gerais, em 1596. [Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/brasil500/consterrit/uniao\\_iberica.html](http://www.ibge.gov.br/brasil500/consterrit/uniao_iberica.html) >]. Acesso em: 13/06/09 >



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

**Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar**, então, ao ser nomeado, nos fins do Séc. XVII, recorta como memorável a ocupação espanhola em Portugal e toda a influência que esta ocupação teve sobre o processo de ocupação / exploração / formação do Estado Nacional; **[do Pilar]** enuncia, portanto, as relações Portugal / Igreja Católica / Espanha. Assim, **SAdj** [do Pilar] enuncia a história do domínio espanhol sobre Portugal.

Ainda na estrutura morfossintática que apresenta **Ne** ↔ **SNprep** → **Prep.(Art.def.)**, marcamos a diferença de sentido enunciada em **3.1.1.b** < Novo do Rio das Mortes >, em que o **Nc** [rio] se soma à **La** [das mortes] por meio da contração “**de**” (preposição) mais “**as**” (artigo definido plural). “Arraial de Mortes” se diferencia da designação “Arraial das Mortes” que tem sua estrutura morfossintática constituída por um sintagma preposicionado mais determinante; a associação do artigo definido plural (**as**) à preposição (**de**) funciona especificando mortes: Arraial **de** Mortes = quaisquer mortes / Arraial **das** Mortes = mortes que enunciam um acontecimento que se quer evidenciar, não se pretende silenciar. Assim, o artigo definido plural (**as**) marca uma relação com o **Nc** (mortes) e enuncia um memorável que não se quer silenciar: a Guerra dos Emboabas [ as mortes dos que ali lutaram]; o artigo definido plural (**as**) enuncia, portanto, o derrame de sangue > muitos morreram na disputa pelo território, pela parte do território onde se concentravam as riquezas. Segundo o Dicionário Houaiss, *emboaba* seria a junção das palavras tupis *mbo* ("fazer que") + *aba* ("ferir"), sendo que *mbo'aba* seria um epíteto coletivo, aplicado a um grupo, e não apenas a um indivíduo. Assim, *emboabas* seriam "os que invadem, agridem":

a sede do ouro estimulou tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão... Entre 1708 e 1709, ocorreram vários conflitos armados na zona aurífera, envolvendo de um lado paulistas e de outros portugueses e elementos vindos de vários pontos do Brasil. Os paulistas referiam-se aos recém-chegados com o apelido pejorativo de emboabas. Um dos episódios mais importantes da Guerra dos Emboabas foi o massacre de paulistas pelos emboabas, no chamado Capão da Traição, nas proximidades da atual cidade de São João del-Rei (MELLO, 1942)

É importante que observemos, considerando o funcionamento enunciativo dessas designações, o quanto o dizível da intertextualidade significa o dito, o explícito, como também o não dito, o silenciado. Como podemos observar, é no conflito discursivo que se



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

estabilizam e silenciam sentidos e nesse sentido o processo designativo está sempre sujeito a novas interpretações, com os quais se constroem tanto a estabilização como o apagamento de certos sentidos. Segundo Guimarães (1995), é nessa interdiscursividade, que movimenta a enunciação, em que os discursos se entrecruzam, que a materialidade do referente se constitui. Isso nos leva a considerar o jogo do acontecimento enunciativo que faz com que uma designação signifique o mesmo como também o diferente. Sendo que esse deslocamento de sentido acontece a partir das condições de produção do sujeito no acontecimento, ou seja, no confronto de posições de sujeito que movimentam a língua.

### **Considerações Finais**

O percurso realizado nesse trabalho nos permitiu confirmar, considerando o dispositivo teórico da Semântica do Acontecimento que, ao funcionar, uma designação reflete o 'político', fundamento das relações sociais que está presente na linguagem que a partir de um espaço de memória cria a ilusão de estabilidade pelo efeito do pré-construído. Assim, torna-se possível referir os objetos considerando sua significação e não sua relação de existência no mundo. Nesse sentido, entendemos que o processo designativo não está atrelado à relação língua/objeto, tampouco à competência intencional do indivíduo que se apropria da língua para expressar seu pensamento.

Ao considerar as análises dos funcionamentos morfossintático e semântico-enunciativo apresentados e enunciar as designações das cidades que surgiram no Ciclo do Ouro em Minas Gerais não se está apenas classificando objetos/seres ou simplesmente fazendo uma alusão à história. Designar, considerando a concepção proposta por Eduardo Guimarães, está relacionado com a produção de sentido; não sentidos determinados pelo indivíduo, mas sentidos determinados pelo funcionamento do interdiscurso – memória do dizer – que significam enunciativamente pelos indivíduos ao ocuparem uma posição de sujeito no acontecimento. Assim, os sentidos são efeitos do cruzamento de discursos



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

múltiplos no acontecimento enunciativo, é nesse funcionamento que instaura o conflito que mantém alguns sentidos e silenciam-se outros.

Assim, as designações das cidades que surgiram no Ciclo do Ouro em Minas Gerais enunciam uma nomeação que se deu como uma descrição do espaço que ora se pretendia demarcar/ocupar, particularizando-o diante de outros espaços; considerando essas condições, nomear / renomear um povoado confirma a necessidade do reconhecimento jurídico por outros povoados que se estabeleceram a partir da região designada. Ser reconhecido enquanto povo de uma certa região designada seria, então, ser o outro identificado, '*singular*', pelos outros a partir de sua nomeação.

Em se tratando do Brasil dos séc. XVII / XVIII, período em que se dá a formação dos povoados, esse deslocamento nos traz novas direções interpretativas para conhecermos e compreendermos o processo de colonização em termos de produção de uma forma-sujeito de constituição de um estado nacional, onde se produzem/ reproduzem sujeitos e sentidos. O povoado é um espaço de interpretação, com lugares enunciativos que o seu habitante ocupa para ser sujeito do que diz e produzir sentidos em uma relação determinada com a história.

Designar um lugar que se constitui a partir da formação de um povoado no Brasil dos séc. XVII / XVIII, significa, pois, identificar um povo que, por razões comuns ou não, se aglomerou e que a partir de uma relação toponímica única se reconhece como sendo o mesmo. Designar um lugar, portanto, enuncia o desejo de se conceber uma unidade como garantia de sobrevivência sem desconhecer as diferenças; é legitimar uma redivisão territorial que, ao identificar um espaço geográfico como sendo único em relação aos demais, garante a identidade de um povo que passa, a partir dessa delimitação territorial, a garantir sua existência enquanto comunidade, enquanto indivíduos que compartilham um mesmo grupo de referências, o que lhes garante a mesma naturalidade. Para Guimarães, 1992, o nome de um país [de um arraial / vila / distrito / cidade<sup>4</sup>] funciona como se fosse um rótulo - desconsidera-se a história que se enuncia ao nomear/renomear um lugar; há de

---

<sup>4</sup> Inclusões nossas.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

se considerar, no entanto, que um nome de um país [de um arraial / vila / distrito / cidade] funciona também como um evocador de uma relação de origem para os que ali nasceram.

A renomeação do povoado constitui-se, portanto, como um processo de reescrituras que enuncia movimentos de exclusão ou de inclusão; assim, ao considerar uma designação que retoma a enunciação que nomeou um espaço jurídico-administrativo, estamos considerando esse nome na interdiscursividade que o constitui enquanto nome, pois as designações significam na sua discursividade a partir das condições de produção de sua enunciação, os diversos modos de reescrever mostram todo um movimento de sentidos que vai se resignificando. A designação é, portanto, uma relação instável entre a linguagem e o ser, em que os sentidos são determinados a partir da posição de sujeito.

O processo designativo das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro se constitui, então, em uma cena enunciativa de nomeação / renomeações dos povoados que se dá no espaço enunciativo da Língua Oficial imposta pela Coroa Portuguesa, a Língua Portuguesa; do domínio da Igreja Católica e sua estreita relação com a Coroa Portuguesa; da presença dos índios [reconhecidos como nativos colonizados], da ocupação de povos de lugares diversos, principalmente os portugueses [reconhecidos como os colonizadores] e pelos negros africanos, [reconhecidos como os escravos]; da exploração de metais nobres e pedras preciosas, assim como dos conflitos oriundos da disputa pelo poder econômico/político. A unidade do nome do povoado, no entanto, não é construída pela enunciação que o nomeia, mas por outras enunciações que estão contidas nas enunciações que os designaram.

A análise das nomeações / renomeações das cidades que surgiram no Ciclo do Ouro em Minas Gerais enunciam, portanto, que diferentes designações reescreveram o mesmo povoado. Designar um arraial / vila / distrito / cidade durante o Ciclo do Ouro em Minas Gerais é, pois, fazer significar uma determinada região do memorável no acontecimento, há um funcionamento da memória discursiva que faz retomar o já dito em outro lugar; assim as designações têm com o real uma relação instável em que os sentidos são determinados pelas condições de sua produção, no interdiscurso que cruzam diversas posições ocupadas pelo sujeito. Os **Ngeo** que, hoje, designam as Cidades Históricas de



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Minas Gerais retomam as enunciações que nomearam / renomearam essas regiões e, a partir dessas, inclui as enunciações que enunciam a história de ocupação / exploração e formação do Estado Nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHI, Caio C. (Coord.). Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 3v. (Coleção mineiriana. Série obras de referência)

COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

GUIMARÃES, Eduardo. Terra de Vera Cruz, Brasil. Rio de Janeiro: Cultura Vozes – 4, 1992.

\_\_\_\_\_. Os limites do sentido. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. Um Mapa e suas Ruas. DL/IEL/LABEUB – UNICAMP – Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. Sentido e Acontecimento. In: Revista Gragotá. Niterói. UFF, 2000.

\_\_\_\_\_. Semântica do Acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. (2002-a) Texto e Argumentação. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 3ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. O padroado português. In: História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, tomo II, 1979.

IBGE/DEE. Dicionário Toponímico, 1945 e 1954.

MELLO, José Soares de. Emboabas. São Paulo: Governo do estado de São Paulo, 1942

ORLANDI, E P. Paráfrase e polissemia – a fluidez nos limites do simbólico. In: RUA. Campinas: Unicamp, 1998, p. 10-19.

RANCIÈRE, J. Os Nomes da História. Campinas, Pontes/ Educ, 1994.

Tiradentes: os caminhos do ouro. Brasília: Imprensa Nacional, 1992.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

## ANEXO

LISTA DE ABREVIATURAS			
A	Adjetivo	Ng	Nome Genérico
Ap	Adjetivo Pátrio	Ngi	Nome Genérico Implícito
Adv.	Advérbio	Ngeo	Nome Geopolítico
Art.def.	Artigo Definido	Np	Nome Próprio
Ø	Dados não encontrados	Npc	Nome Próprio Composto
La	Locução Adjetiva	Ppss	Pronome possessivo
LAdv.	Locução Adverbial	Prep.	Preposição
LPron.	Locução Pronominal	Pt	Pronome de Tratamento
Nc	Nome Comum	SAdj	Sintagma Adjetivo
Ncc.	Nome Comum Composto	SAdv	Sintagma Adverbial
Nctupi	Nome Comum de Origem Tupi	SN	Sintagma Nominal
Ncctupi	Nome Comum Composto de Origem Tupi	SNprep.	Sintagma Nominal Preposicionado
Ne	Nome Específico		